



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 7.068, DE 2017**

**(Da Sra. Josi Nunes)**

Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, "que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para estabelecer a obrigatoriedade de notificação pessoal prévia para inscrição do consumidor em sistema de proteção ao crédito.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-200/2011.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º e 8º:

“Art. 43. ....

.....

§ 7º O registro do nome do consumidor em sistemas de proteção ao crédito somente poderá ser efetivado após decorridos 7 (sete) dias de sua notificação pessoal sobre o inadimplemento de obrigação pecuniária.

§ 8º A notificação de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetuada mediante correspondência registrada com Aviso de Recebimento (AR) ou por outro meio idôneo que assegure o efetivo recebimento da comunicação por parte do consumidor”. (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Os denominados arquivos de consumo são inegavelmente importantes para o desenvolvimento da economia. Desempenham papel decisivo na ampliação da circulação de produtos e serviços por meio da diminuição dos riscos do crédito e da agilização de sua concessão.

Contudo, eventuais excessos na coleta, no armazenamento e na divulgação das informações de consumo podem violar garantias fundamentais dos indivíduos, como aquelas relacionadas a sua intimidade, honra e imagem. É preciso, nesse passo, garantir que a atividade dos serviços cadastrais gere os benefícios econômicos desejados sem contrariar direitos essenciais dos indivíduos.

O art. 43 do vigente Código de Defesa do Consumidor (CDC) contribui para a busca desse equilíbrio. A realidade, porém, dos constantes abusos nas atividades dos serviços cadastrais de consumidores demonstram a necessidade de aprimoramento da disciplina do setor.

Um campo que merece aperfeiçoamento diz respeito à notificação pessoal do consumidor antes de sua inscrição em cadastros de restrição ao crédito.

A comunicação prévia – em consonância com o princípio basilar da transparência nas relações de consumo – possibilita ao consumidor a verificação da objetividade, clareza e veracidade dos dados a ele atinentes e permite-lhe a tempestiva contestação ou regularização do débito antes que venha a sofrer as rigorosas consequências da “negativação” nesses sistemas de proteção ao crédito.

Embora o Código, em seu art. 43, § 2º, preconize que a abertura de registro em banco de dados deva ser comunicada por escrito, ele nada fala sobre a necessidade de efetiva comprovação, por parte do credor, do recebimento dessa notificação prévia e, igualmente, nada diz sobre o prazo para a consolidação da inscrição.

A finalidade do presente projeto é conferir maior segurança jurídica ao mercado de consumo, estipulando, como norma expressa, o direito de o devedor ser notificado pessoalmente e de, se procedentes as informações sobre o débito, dispor de um pequeno prazo para adimplir a obrigação antes de sua inscrição em cadastro negativo.

Cremos ser do interesse de toda a sociedade, inclusive dos fornecedores, assegurar que aqueles que, muitas vezes de maneira inconsciente e acidental, se encontram em situação de inadimplência possam regularizar sua situação, evitar os efeitos danosos da negativação e permanecer no mercado de consumo.

Cuida-se, portanto, de proposição de elevado interesse social e econômico que, certamente, receberá o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 09 de março de 2017.

Deputada JOSI NUNES

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990**

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá  
outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I  
DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

.....

CAPÍTULO V  
DAS PRÁTICAS COMERCIAIS

.....

**Seção VI**  
**Dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores**

Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

§ 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

§ 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

§ 3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

§ 4º Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

§ 5º Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

§ 6º Todas as informações de que trata o *caput* deste artigo devem ser disponibilizadas em formatos acessíveis, inclusive para a pessoa com deficiência, mediante solicitação do consumidor. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.146, de 6/7/2015, publicada no DOU de 7/7/2015, em vigor 180 dias após a sua publicação\)](#)

Art. 44. Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente. A divulgação indicará se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor.

§ 1º É facultado o acesso às informações lá constantes para orientação e consulta por qualquer interessado.

§ 2º Aplicam-se a este artigo, no que couber, as mesmas regras enunciadas no artigo anterior e as do parágrafo único do art. 22 deste código.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------